

ADEMIR CRISTOFOLINI

*Advogado militante*

*Mestre em Ciência Jurídica pela*

*Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI*

*MBA em Direito Tributário pela*

*Fundação Getúlio Vargas – FGV*

*Bacharel em Direito pela Universidade Regional de Blumenau – FURB*

# TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DO ATO COOPERATIVO

DECISÃO INÉDITA SOBRE A POSSIBILIDADE DE  
COOPERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM SOCIEDADE  
COOPERATIVA DE TRANSPORTE

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2014

Copyright © 2014 by Ademir Cristofolini

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Surama Cespedes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

---

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C933t

Cristofolini, Ademir

Tratamento tributário do ato cooperativo : decisão inédita sobre a possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte/ Ademir Cristofolini. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

224 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 193-202.

ISBN 978-85-67595-88-7

1. Cooperativas – Impostos – Legislação – Brasil.
2. Cooperativismo – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD- 343.81066

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XIII
APRESENTAÇÃO .....	XVII
INTRODUÇÃO .....	XIX

## CAPÍTULO 1

### O tratamento tributário do ato cooperativo na Constituição brasileira de 1988

1.1. Escorço histórico do cooperativismo.....	1
1.1.1. Cooperativismo e sociedades cooperativas .....	1
1.1.2. Origem do cooperativismo mundial.....	5
1.1.2.1. Princípios cooperativistas e a Aliança Cooperativa Internacional.....	8
1.1.2.2. Precusores do cooperativismo.....	13
1.1.3. Cooperativismo no Brasil: evolução legislativa .....	20
1.2. O cooperativismo na Constituição brasileira de 1988 .....	26
1.3. O ato cooperativo e seu adequado tratamento tributário: artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição de 1988.....	32
1.3.1. Ato cooperativo .....	32
1.3.2. Adequado tratamento tributário.....	44

## CAPÍTULO 2

### Aplicabilidade das normas infraconstitucionais ao ato cooperativo

2.1. Recepção pela Constituição de 1988 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971 .....	55
2.2. A lei complementar reclamada no artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição brasileira.....	59

2.3. Tratamento tributário dispensado por algumas leis infraconstitucionais ao ato cooperativo .....	63
2.3.1. Contribuições sociais: PIS e Cofins .....	68
2.3.1.1. Análise do aspecto formal das alterações realizadas pela MP n.º 1.858-6/99: afronta ao princípio da hierarquia das leis .....	73
2.3.1.2. Conceito de faturamento e a inexistência deste em relação ao ato cooperativo .....	76
2.3.1.3. Exclusão da base de cálculo da Cofins e do PIS dos valores repassados aos cooperados em virtude dos atos cooperativos praticados .....	87
2.3.2. Contribuição previdenciária sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho .....	94
2.3.2.1. Contribuição para aposentadoria especial .....	101
2.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL .....	104
2.3.4. Imposto de Renda – IR .....	109
2.3.5. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS .....	114
2.3.6. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN .....	119

### CAPÍTULO 3

#### **O cooperativismo como instrumento para a resolução de problemas econômico-sociais brasileiros**

3.1. Importância socioeconômica do cooperativismo no contexto social brasileiro .....	125
3.1.1. Sociedades cooperativas agropecuárias .....	131
3.1.2. Sociedades cooperativas de transporte .....	133
3.1.2.1. A possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte .....	135

3.1.2.1.1. Posição recente e inédita do CARF sobre a participação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa – Leader Case Coopercarga .....	152
3.1.3. Sociedades cooperativas de crédito .....	159
3.1.4. Sociedades cooperativas de trabalho .....	160
3.1.5. Sociedades cooperativas habitacionais.....	166
3.2. Natureza jurídica das sociedades cooperativas .....	167
3.3. Principais características das sociedades cooperativas .....	169
3.3.1. Ausência de lucro e presença de fim econômico .....	172
3.3.2. Destinação dos resultados de atos cooperativos .....	174
3.3.3. Gestão democrática: cada cooperado um voto .....	177
3.3.4. Adesão livre e voluntária .....	179
3.3.5. Princípio da dupla qualidade.....	179
3.3.6. Outras características das sociedades cooperativas ....	181
3.4. A sociedade cooperativa no Código Civil brasileiro .....	182
<b>Considerações Conclusivas .....</b>	<b>189</b>
<b>Referências .....</b>	<b>193</b>